

CONCORRÊNCIA BINACIONAL EF 0118-26
LICITACIÓN PÚBLICA BINACIONAL EF 0118-26**SERVIÇOS MANUAIS DE CARGA, DESCARGA,
MOVIMENTAÇÃO E LIMPEZA DE MATERIAIS E
EQUIPAMENTOS ARMAZENADOS NOS CENTROS
LOGÍSTICOS DA ITAIPU****ADITAMENTO 2**

I) Em conformidade com o disposto no subitem 1.4.1 do Caderno de Bases e Condições (CBC) da Concorrência Binacional EF 0118-26, a ITAIPU responde perguntas formuladas por empresas interessadas nesta licitação, conforme segue:

PERGUNTA 1

Com relação a Concorrência EF 0118-26, sobre as planilhas auxiliares nº 01, mão de obra, não consta o Item Férias, visto que o reajuste que ocorre no décimo terceiro mês (13º) não contempla este item.

RESPOSTA

A ITAIPU esclarece que as Planilhas Auxiliares (Adendo A das Especificações Técnicas) possuem caráter referencial, podendo os interessados adaptá-las às suas particularidades, desde que observadas as disposições do edital e a legislação aplicável.

Adicionalmente, ressalta-se que as Planilhas Auxiliares (Adendo A) não são de apresentação obrigatória na sessão pública, e somente deverão ser apresentadas mediante solicitação da CLNP, para fins de verificação da composição dos preços e de sua exequibilidade.

Não obstante, a fim de evitar eventuais dúvidas e manter a padronização entre empresas do Brasil e do Paraguai, a ITAIPU promove a alteração do Adendo A das Especificações Técnicas, referente ao modelo das Planilhas Auxiliares e disponibiliza os arquivos editáveis.

Gentileza reportar-se ao item II deste Aditamento.

PERGUNTA 2

Com relação à planilha de preços apresentada pela Itaipu, elaborada em 28/10/2025, não

**SERVICIOS MANUALES DE CARGA, DESCARGA,
MOVIMIENTO Y LIMPIEZA DE MATERIALES Y
EQUIPOS ALMACENADOS EN LOS CENTROS
LOGÍSTICOS DE LA ITAIPU****ADITIVO 2**

I) De conformidad con lo dispuesto en el subítem 1.4.1 del Pliego de Bases y Condiciones (PBC) de la Licitación Pública Binacional EF 0118-26, la ITAIPU responde preguntas realizadas por empresas interesadas en esta licitación, conforme sigue:

PREGUNTA 1

“Con relación al Llamado EF0118-26, sobre planillas auxiliares N° 01, mano de obra, no consta el Ítem Vacaciones ya que el reajuste que sucede en el décimo tercer mes (13) no contempla este Ítem.”

RESPUESTA

Se aclara que las Planillas Auxiliares (Adendo A de las Especificaciones Técnicas) son modelos de referencia, pudiendo los interesados adaptarlas a sus particularidades, sin embargo, se prosigue a complementar la planilla en formato editable para aclarar las dudas planteadas.

Además, se aclara que las Planillas Auxiliares (Adendo A) no son de presentación obligatoria en la sesión pública, y solamente deberán ser presentadas mediante solicitud de la CLNP, para fines de verificación de la composición de los precios y viabilidad.

No obstante, a fin de evitar dudas y mantener la estandarización entre las empresas del Paraguay y del Brasil, la ITAIPU realiza alteraciones en el Adendo A de las Especificaciones Técnicas, en lo referente al modelo de las Planillas Auxiliares y coloca a disposición los archivos en formato editable.

Favor remitirse al ítem II de este Aditivo

PREGUNTA 2

“Con Relación a la planilla de precios presentada por la Itaipu, elaborada el

consta o eventual novo aumento salarial previsto pela CONASAM, considerando que, na data da Ordem de Início, já estará vigente o novo salário, tendo em vista que o reajuste salarial está previsto para o décimo terceiro mês, com base no novo salário de 2027.

RESPOSTA

Com relação à eventual atualização do salário-mínimo determinada pela CONASAM, a ITAIPU esclarece que já elaborou a composição do Orçamento Estimado (Anexo IV) prevendo o ajuste salarial.

Adicionalmente, a ITAIPU esclarece que os preços devem ser estabelecidos pelas proponentes com base em suas próprias necessidades e particularidades de custos para a execução dos serviços. Ressalta-se, ainda, que o Orçamento Estimado possui caráter meramente referencial, cabendo à CLNP julgar os preços ofertados no certame de modo a verificar sua compatibilidade com a realidade praticada no mercado.

Além disso, as proponentes deverão considerar todos os custos decorrentes da legislação vigente aplicável aos serviços objeto desta contratação.

Por fim, cabe esclarecer que é obrigação da CONTRATADA aplicar o salário-mínimo vigente aos empregados designados para a execução dos serviços. Os efeitos econômicos decorrentes de eventual atualização salarial deverão ser absorvidos conforme o regime de reajuste contratual, previsto a partir do 13º mês, não configurando hipótese de reajuste antecipado.

PERGUNTA 3

Tendo em vista que se trata de uma licitação BINACIONAL, verifica-se que os documentos do CBC preveem uma Especificação Técnica - Planilha Auxiliar - Adendo A para os licitantes do Brasil, na qual estão detalhados integralmente os componentes que devem ser considerados na cotação. Em contrapartida, a planilha para os licitantes do Paraguai encontra-se apenas em formato PDF. Solicitamos, gentilmente, que seja disponibilizada em formato Excel.

RESPOSTA

Gentileza reportar-se a resposta da pergunta 1.

28/10/2025, no figura la posible nueva suba de salarios previsto por la CONASAM, ya que al darse la fecha de la orden de inicio ya estará vigente el nuevo salario, teniendo en cuenta que el reajuste de salario está previsto en el décimo tercer mes con el nuevo salario 2027.”

RESPUESTA

Con relación a la eventual actualización del salario mínimo determinada por la CONASAM, la ITAIPU aclara que la composición del Presupuesto Estimado (Anexo IV) se ha elaborado previendo el ajuste salarial.

Además, la ITAIPU aclara que los precios deberán ser establecidos por los oferentes con base en sus propias necesidades y particularidades de costos para la ejecución de los servicios. Asimismo, se resalta que el Presupuesto Estimado posee carácter meramente referencial, correspondiendo a la CLNP juzgar los precios ofertados en el certamen, a fin de verificar su compatibilidad con la realidad practicada en el mercado.

Asimismo, los oferentes deberán considerar todos los costos derivados de la legislación vigente aplicable a los servicios objeto de la presente contratación.

Por último, cabe aclarar que es obligación de la CONTRATISTA aplicar el salario mínimo vigente a los empleados designados para la ejecución de los servicios. Los efectos económicos derivados de una eventual actualización salarial deberán ser absorbidos conforme al régimen de reajuste contractual, previsto a partir del mes 13, no configurándose una hipótesis de reajuste anticipado.

PREGUNTA 3

“En vista que es un llamado BINACIONAL, encontramos que los documentos del PBC prevé una Esp. Técnicas - Planilla Auxiliar_adendo A para los oferente del Brasil, donde se detalla íntegramente los componentes que se debe prever para la cotización. En cambio, esa planilla para oferentes del (PY) es un PDF. Solicitamos amablemente pueda ser proveído en formato EXCEL.”

RESPUESTA

Favor remitirse a la respuesta de la pregunta N° 1.

PERGUNTA 4

Observa-se que a Planilha AUXILIAR - ADENDO A é bastante completa e exige a descrição integral dos componentes, enquanto o PDF da Planilha Auxiliar nº 1 é bastante limitado. Solicitamos à entidade que apresente uma PLANILHA SIMILAR à exigida tanto para o lado do Brasil quanto para o do Paraguai.

RESPOSTA

Gentileza reportar-se a resposta da pergunta 1.

PERGUNTA 5

Por meio da presente, dirigimo-nos respeitosamente para formular uma consulta e solicitar esclarecimento relacionado aos conceitos trabalhistas previstos para os licitantes paraguaios no âmbito do presente contrato.

Na análise da Planilha Auxiliar nº 1, não foram identificados expressamente os conceitos correspondentes ao pagamento de Aviso Prévio e Indenização. Essa observação motiva a presente consulta, considerando que a legislação trabalhista paraguaia estabelece que, ao término da relação laboral, e conforme as condições previstas em lei, as empresas empregadoras devem cumprir com o pagamento desses benefícios aos seus trabalhadores.

Nesse sentido, solicitamos, respeitosamente, que seja esclarecido se, para os licitantes paraguaios, não está prevista a inclusão dos conceitos de Aviso Prévio e Indenização dentro dos custos trabalhistas considerados para o presente contrato. Ainda, caso seja cabível o seu reconhecimento, consultamos se seria possível modificar a planilha de preços, especificamente no item 2 - Encargos Sociais, de modo a incorporar tais conceitos.

A presente solicitação visa assegurar a correta aplicação da legislação trabalhista vigente e, ao mesmo tempo, garantir igualdade de condições entre todos os licitantes participantes do processo.

RESPOSTA

Gentileza reportar-se a resposta da pergunta 1.

PERGUNTA 6

No Item 7 do EF0118-26 - ANEXO III, consta:

PREGUNTA 4

“Vemos que la planilla AUXILIAR_ADENDO A, es muy completo y se debe describir íntegramente, en cambio el PDF de la planilla Auxiliar 1 es muy limitado, solicitamos a la entidad que puedan presentar una PLANILLA SIMILAR a lo solicitado para el lado de BRASIL Y PY.”

RESPUESTA

Favor remitirse a la respuesta de la pregunta N° 1.

PREGUNTA 5

“Por medio de la presente, nos dirigimos respetuosamente a fin de realizar una consulta y solicitar una aclaración relacionada con los conceptos laborales previstos para los oferentes paraguayos en el marco del presente contrato.

En el análisis de la Planilla Auxiliar N.º 1, no se identifican expresamente los conceptos correspondientes al pago de Preaviso e Indemnización. Esta observación motiva la presente consulta, considerando que la legislación laboral paraguaya establece que, al término de la relación laboral, y conforme a las condiciones previstas por la ley, las empresas empleadoras deben cumplir con el pago de dichos beneficios a favor de sus trabajadores.

En ese sentido, solicitamos atentamente se nos aclare si, para los oferentes paraguayos, no se encuentra prevista la inclusión de los conceptos de Preaviso e Indemnización dentro de los costos laborales considerados para el presente contrato. Asimismo, en caso de corresponder su reconocimiento, consultamos si sería posible modificar la planilla de precios, específicamente en el punto 2 - Cargas Sociales, de manera a incorporar dichos conceptos.

La presente solicitud tiene como finalidad asegurar la correcta aplicación de la normativa laboral vigente y, al mismo tiempo, garantizar la igualdad de condiciones entre todos los oferentes que participen en el proceso.

RESPUESTA

Favor remitirse a la respuesta de la pregunta N° 1.

PREGUNTA 6

“En el Numeral 7 de la EF0118-26 ANEXO III, se solicita:

7.1 - Será de responsabilidade do CONTRATADO o transporte, às suas expensas, de seu pessoal desde a Barreira Principal até o local designado pela ITAIPU e sua distribuição as frentes de trabalho e vice-versa, incluindo o deslocamento no horário de almoço, em veículos apropriados autorizados pela ITAIPU e de acordo com as normas internas da entidade.

E na Minuta do Contrato - CAPÍTULO VII - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO - inciso XI, consta:

“fornecer, sem custo algum, aos empregados mobilizados para a execução dos serviços objeto deste Contrato, o valor em dinheiro de G. 480.000,00 (quatrocentos e oitenta mil guaranis) por mês, a título de Ajuda de Custo de Mobilização, para o efetivo deslocamento do empregado — ou de seu substituto durante o período de substituição — até a Barreira Principal da ITAIPU, valor que deverá ser depositado em conta bancária criada para tal fim, devendo ser apresentada à ITAIPU cópia do comprovante de depósito.”

Diante do exposto, solicitamos a confirmação se, no caso de a empresa adjudicada realizar o transporte do pessoal desde as cidades adjacentes, a Ajuda de Custo de Mobilização prevista no Capítulo VII, inciso XI, da Minuta do Contrato ficaria sem efeito?

RESPOSTA

A ITAIPU esclarece que as obrigações mencionadas para as empresas Paraguaiaias não se sobrepõem, uma vez que se referem a trechos distintos do deslocamento do trabalhador.

O eventual fornecimento de transporte pela CONTRATADA até a Barreira Principal não afasta nem substitui a obrigação contratual expressa relativa ao pagamento da Ajuda de Custo de Mobilização, prevista no inciso XI do Capítulo VII da Minuta do Contrato.

Nesse sentido, a Ajuda de Custo de Mobilização deverá ser paga em todos os casos, conforme estabelecido contratualmente, independentemente do planejamento logístico adotado pela empresa adjudicada para o transporte de seu pessoal.

7.1 - Será responsabilidad del CONTRATISTA el transporte a expensas suyas, de su personal desde la Barrera Principal hasta el local asignado por la ITAIPU y la distribución en los frentes de servicio y viceversa, incluyendo el mismo desplazamiento en horario de almuerzo, en vehículos apropiados autorizados por la ITAIPU y de acuerdo a las normativas internas de la entidad.

Y en la Minuta del Contrato - CAPÍTULO VII OBLIGACIONES DEL CONTRATISTA # XI. se solicita:

“suministrar sin costo alguno a los empleados movilizados para la ejecución de los servicios objeto de este Contrato, el valor en efectivo de G. 480.000.- (guaraníes cuatrocientos ochenta mil), por mes en concepto de Asignación de Gastos de Movilización, para el efectivo traslado del empleado o de aquel que lo sustituye durante el periodo de sustitución, hasta la Barrera Principal de ITAIPU, que deberán ser depositados en una cuenta bancaria creada para el efecto y presentar la copia del depósito a la ITAIPU.”

¿En virtud de lo expuesto, solicitamos se nos confirme si, en el caso de que la empresa adjudicada realice el traslado del personal desde las Ciudades aledañas QUEDARA SIN EFECTO la Asignación de Gastos de Movilización prevista en el Capítulo VII, inciso XI, de la Minuta del Contrato?”

RESPUESTA

La ITAIPU aclara que las obligaciones mencionadas para las empresas paraguayas no se superponen, sino que atienden a tramos distintos del desplazamiento del trabajador;

La provisión de transporte por parte del CONTRATISTA hasta la Barrera Principal no extingue ni deja sin efecto la obligación contractual expresa prevista en el inciso XI del Capítulo VII de la Minuta de Contrato;

En consecuencia, la Asignación de Gastos de Movilización debe ser abonada en todos los casos, conforme lo establecido contratualmente, independentemente del esquema logístico adoptado por la empresa adjudicada.

PERGUNTA 7

Ao analisar a Planilha Auxiliar nº 1 - Composição dos Preços, especificamente no Item 3 - “Cláusulas Sociais - ITAIPU”, observam-se conceitos tais como bônus especial de Natal, vales alimentação, vale mercado, entre outros.

Considerando que, de acordo com a legislação trabalhista e previdenciária vigente na República do Paraguai, determinados benefícios concedidos de forma habitual, pessoal e permanente podem ser considerados como parte integrante da remuneração do trabalhador, surge a necessidade de esclarecer o tratamento aplicável a tais conceitos.

Nesse sentido, agradecemos esclarecer:

7.1) Se os conceitos incluídos no referido item devem ser considerados de natureza remuneratória ou não remuneratória;

RESPOSTA

Gentileza reportar-se ao marco normativo trabalhista paraguaio aplicável aos temas consultados.

7.2) Em caso de caráter remuneratório, se devem integrar a base de cálculo dos encargos sociais, inclusive da contribuição patronal ao Instituto de Previsión Social (IPS);

RESPOSTA

Gentileza reportar-se a resposta da pergunta 7.1.

7.3) Caso sejam considerados não remuneratórios, indicar sob qual marco normativo ou critério específico poderiam ser assim tratados, bem como sua eventual exclusão da base de contribuições previdenciárias;

RESPOSTA

Gentileza reportar-se a resposta da pergunta 7.1.

7.4) Adicionalmente, confirmar se tais conceitos, nas condições previstas na planilha, seriam considerados despesas dedutíveis para fins fiscais, sem gerar contingências tributárias ou previdenciárias para o contratado.

A presente consulta é formulada com o objetivo de assegurar a correta determinação dos custos

PREGUNTA 7

“Al analizar la Planilla Auxiliar N° 1 - Composición de los Precios, específicamente en el Ítem 3 - “Cláusulas Sociales - ITAIPU”, se observan conceptos tales como bono especial de Navidad, vales de alimentación, vale mercado, entre otros.

Considerando que, conforme a la normativa laboral y previsional vigente en la República del Paraguay, determinados beneficios otorgados en forma habitual, personal y permanente podrían ser considerados como parte integrante de la remuneración del trabajador, surge la necesidad de precisar el tratamiento aplicable a dichos conceptos.

En ese sentido, agradeceremos se sirvan aclarar:

7.1) Si los conceptos incluidos en el referido ítem deben ser considerados de naturaleza remunerativa o no remunerativa;”

RESPOSTA

Favor remitirse al marco normativo laboral paraguayo aplicable a los temas consultados.

7.2) “En caso de corresponder su carácter remunerativo, si los mismos deben integrar la base de cálculo de las cargas sociales, incluyendo el aporte patronal al Instituto de Previsión Social (IPS);”

RESPOSTA

Favor remitirse a la respuesta de la pregunta 7.1.

7.3) “En caso de que dichos conceptos sean considerados no remunerativos, se solicita indicar bajo qué marco normativo o criterio específico los mismos podrían ser tratados como tales, así como su eventual exclusión de la base de aportes previsionales;”

RESPOSTA

Favor remitirse a la respuesta de la pregunta 7.1.

7.4) “Asimismo, se agradecerá confirmar si dichos conceptos, en las condiciones establecidas en la planilla, serían considerados gastos deducibles para efectos fiscales, sin generar contingencias en materia tributaria o previsional para el contratista.

La presente consulta se formula a fin de asegurar la correcta determinación de los costos

trabalhistas, evitar distorções na estruturação das propostas comerciais e garantir a adequada comparabilidade entre os ofertantes, conforme estabelecido no Edital.

RESPOSTA

Gentileza reportar-se a normativa tributária vigente do Paraguai sobre despesas dedutíveis.

PERGUNTA 8

De acordo com o disposto no Decreto-Lei nº 1.860/1950, aprovado pela Lei nº 375/56 e alterado pela Lei nº 427/73, a contribuição ao Instituto de Previsión Social (IPS) é calculada sobre o salário, entendido como a remuneração total percebida pelo trabalhador, seja em dinheiro, bens ou vantagens, incluindo horas extras, comissões, adicionais, prêmios e qualquer outra remuneração acessória de caráter normal e permanente na empresa.

Nesse contexto, as remunerações previstas para o pessoal que comporá o presente chamado – tais como Ajuda de Custo de Mobilização, Vale Mercado, Vale Alimentação e Bônus Especial de Natal – apresentam caráter permanente, razão pela qual deveriam integrar o salário contributivo para fins de recolhimento ao IPS.

O descumprimento dessa obrigação legal pode acarretar consequências legais, econômicas e administrativas para a empresa e/ou empregador, incluindo sanções, multas, juros e eventuais responsabilidades decorrentes de fiscalizações ou reclamações trabalhistas.

Considerando que o Governo Nacional promove a formalização do emprego e o pleno cumprimento das obrigações trabalhistas e previdenciárias, solicitamos respeitosamente à ITAIPU Binacional que tais conceitos sejam devidamente formalizados de maneira clara e definitiva, a fim de garantir o cumprimento do arcabouço legal vigente e a plena proteção dos direitos dos trabalhadores.

No eventual caso de a ITAIPU Binacional determinar que as referidas remunerações não devam ser consideradas de caráter permanente e, portanto, não devam ser formalizadas para efeitos de contribuição ao Instituto de Previsión Social (IPS), solicitamos respeitosamente que seja incluída expressamente uma cláusula

laborales, evitar distorsiones en la estructuración de las ofertas económicas y garantizar la adecuada comparabilidad entre los oferentes, conforme a lo establecido en el Pliego.”

RESPOSTA

Favor remitirse a la normativa tributaria vigente del Paraguay sobre gastos deducibles.

PREGUNTA 8

“De conformidad con lo dispuesto en el Decreto Ley N.º 1.860/1950, aprobado por la Ley N.º 375/56 y modificado por la Ley N.º 427/73, el aporte al Instituto de Previsión Social (IPS) se calcula sobre el salario, entendido como la remuneración total que percibe el trabajador, ya sea en dinero, especies o regalías, incluyendo horas extras, comisiones, sobresueldos, premios y cualquier otra remuneración accesorio que tenga carácter normal y permanente en la empresa.

En ese contexto, las remuneraciones previstas para el personal que forme parte del presente llamado –tales como Asignación de Gastos de Movilización, Vale Mercado, Vale de Alimentación y Bono Especial de Navidad– revisten un carácter permanente, por lo que correspondería su inclusión como parte integrante del salario imponible para efectos de los aportes al IPS.

El incumplimiento de esta obligación legal podría derivar en consecuencias legales, económicas y administrativas para la empresa y/o el empleador, incluyendo sanciones, recargos, intereses y eventuales responsabilidades derivadas de fiscalizaciones o reclamos.

Atendiendo a que el Gobierno Nacional promueve la formalización del empleo y el pleno cumplimiento de las obligaciones laborales y previsionales, solicitamos respetuosamente a la ITAIPU Binacional que estos conceptos sean debidamente formalizados, de manera clara y definitiva, a fin de garantizar el cumplimiento del marco legal vigente y la plena protección de los derechos de los trabajadores

En el eventual caso de que la ITAIPU Binacional determine que las referidas remuneraciones no deban ser consideradas de carácter permanente y, por ende, no sean formalizables a efectos de los aportes al Instituto de Previsión Social (IPS), solicitamos respetuosamente que se incorpore expresamente una cláusula contractual que

contratual estabelecendo que tais valores não terão efeito direto nem serão computados para o cálculo de indenizações, rescisões ou outros benefícios de natureza indenizatória.

Tal medida tem por finalidade conferir segurança jurídica às partes, evitar interpretações futuras que possam gerar contingências trabalhistas e resguardar a empresa e/ou empregador de eventuais demandas decorrentes da qualificação desses valores como parte integrante do salário.

RESPOSTA

Gentileza reportar-se a resposta da pergunta 7.1.

II) Em conformidade com o disposto no subitem 1.4.2 do Caderno de Bases e Condições (CBC) da Concorrência Binacional EF 0118-26, a ITAIPU promove a adequação do Adendo A das Especificações Técnicas (Anexo III), referente ao modelo das Planilhas Auxiliares, aplicável às empresas brasileiras e paraguaias, e disponibiliza, em anexo a este aditamento, a versão editável atualizada.

III) Permanecem inalteradas as demais condições contidas no CBC da Concorrência Binacional EF 0118-26.

S

Elaboração: Divisão de Suporte Técnico
Data de emissão: 30.04.26

establezca que dichos conceptos no tendrán efecto directo ni serán computables para el cálculo de indemnizaciones, liquidaciones finales u otros beneficios de naturaleza indemnizatoria.

Lo anterior tiene por finalidad brindar seguridad jurídica a las partes, evitar interpretaciones posteriores que puedan generar contingencias laborales y resguardar a la empresa y/o al empleador de eventuales reclamos derivados de la calificación de dichos conceptos como parte integrante del salario.”

RESPUESTA

Favor remitirse a la respuesta de la pregunta 7.1.

II) En conformidad con lo dispuesto en el sub ítem 1.4.2 del Pliego de Bases y Condiciones (PBC) de la Licitación Pública Binacional EF 0118-26, la ITAIPU realiza la adecuación del “Adendo A” de las Especificaciones Técnicas (Anexo III), referente al modelo de las Planillas Auxiliares, aplicables a las empresas paraguayas y brasileras, y coloca a disposición en anexo a este Aditivo, la versión en formato editable actualizada.

III) Permanecen inalteradas las demás condiciones contenidas en el PBC de la Licitación Pública Binacional EF 0118-26.

Elaboración: División de Apoyo Técnico
Fecha de emisión: 30.04.26